

[Expediente]  
[Capa]

## HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL

---

Carlos Delgado de Carvalho

**2ª EDIÇÃO**  
**FAC-SIMILAR**

Coleção  
**Memória**  
**Brasileira**

Senado Federal

---

[Primeira Página]

Carlos Delgado de Carvalho

---

## HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL

**2ª EDIÇÃO**  
**FAC-SIMILAR**

Organização e Introdução  
**Paulo Roberto de Almeida**  
Doutor em Ciências Sociais, Diplomata e Professor

Apresentação  
**Embaixador Rubens Ricupero**  
Ex-ministro de Estado da Fazenda,  
Secretário-Geral da UNCTAD

Coleção  
**Memória**  
**Brasileira**

Senado Federal

Brasília — 2004

[Segunda Página]

Coleção Memória Brasileira

Volumes Publicados

© Família de Carlos Delgado de Carvalho

© Paulo Roberto de Almeida (Introdução)

[www.pralmeida.org](http://www.pralmeida.org)

[Ficha catalográfica]

Carlos Delgado de Carvalho, 1884-1980.

História Diplomática do Brasil; organização e introdução de Paulo Roberto de Almeida, apresentação de Rubens Ricupero. – 2ª ed. fac-sim. -- Brasília: Senado Federal, 2004, lxx + 409 p.

1 v. (Coleção memória brasileira; v. 13)

Fac-símile de: São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

Conteúdo: Apresentação, Introdução, História diplomática do Brasil.

1. Política externa, Brasil. 2. Diplomacia, Brasil. I. Título. II. Série

CDD 327.81

CDU 327(81) (091)

## Índice geral da obra

Prefácio à segunda edição facsimilar.....	xi (??)
Nota explicativa (Paulo Roberto de Almeida).....	xiii (???)
Apresentação (Rubens Ricupero).....	xiv (???)
Introdução (Paulo Roberto de Almeida) .....	xx???

### *História Diplomática do Brasil* - Carlos Delgado de Carvalho

Índice das ilustrações.....	XV
(continuar a partir do Índice original de Delgado de Carvalho, com a numeração em romanos maiúsculos, depois números arábicos)	

[Texto de Prefácio a ser colocado como página xi (?) (após o Índice Geral da obra)]

## **Prefácio à segunda edição facsimilar**

### **Uma publicação esperada e totalmente oportuna**

Esta segunda edição fac-similar da obra de Delgado de Carvalho, após algumas reimpressões da primeira, de 1998, oferece um testemunho cabal de que ela continua a desfrutar, 45 anos após sua primeira edição, de uma justificada e legítima recepção por parte do público interessado: estudantes, diplomatas, apreciadores de nossa história, de um modo geral. Sua republicação facsimilar vem, pois, contemplar a carência aberta pelo rápido esgotamento da primeira e de suas reimpressões, aproveitando-se, desta vez, para corrigir algumas imperfeições de paginação que se tinham manifestado anteriormente. Antecipo já a saudação de acolhimento de meus colegas diplomatas e de muitos outros estudantes: “O *Delgado* está de volta”!

O ideal seria que o livro de Delgado de Carvalho fosse reeditado com capítulos adicionais de atualização, cobrindo o período decorrido desde sua primeira e única edição comercial: grosso modo, os quarenta e cinco anos de 1959 a 2004, tão intensos de transformações na política externa como na própria sociedade brasileira. Na verdade, se poderia mesmo pensar na reelaboração substantiva desta obra, com a introdução de temas relevantes, que não foram suficientemente (ou nem de perto) tratados no texto de 1959: a evolução do multilateralismo, as grandes conferências econômicas do imediato pós-guerra, os problemas de comércio e de integração (questões, por certo, ainda relativamente incipientes no contexto da época), os problemas monetários e os fluxos de investimentos internacionais, enfim, diversos outros assuntos que não se prestavam à sua incorporação numa obra de história diplomática tomada em sua acepção estrita (ou estreita). Hoje em dia, no entanto, já se passou das velhas concepções de uma “história diplomática” essencialmente documental, para uma construção mais ambiciosa, relativa às “relações exteriores” do País no quadro das “forças profundas” que afetam sua inserção internacional – de que é testemunho a inovadora *História da Política Exterior do Brasil*, de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno – ou mesmo para um enfoque ainda mais abrangente, cujos contornos e exigências eu tentei oferecer em alguns de meus livros: *Relações internacionais e política externa do Brasil*, *O Brasil e o multilateralismo econômico*, *O estudo das relações internacionais do Brasil*, *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil* e *Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas* (ver os sumários em [www.pralmeida.org](http://www.pralmeida.org)).

Uma tal reestruturação da obra de Delgado de Carvalho resultaria, de fato, no oferecimento de um novo volume, ao qual poderíamos apropriadamente chamar de *Nova História Diplomática do Brasil*, cuja preparação demandaria, contudo, não apenas tempo superior ao requerido por esta nova edição, como, sobretudo, um cuidadoso esforço de avaliação do próprio conteúdo do texto original. Nesse novo formato, o trabalho de revisão incidiria basicamente sobre os capítulos finais do texto de Delgado (relações hemisféricas e problemas internacionais, entre outros), eliminando eventuais passagens defasadas, ou de menor relevância histórica (na perspectiva da pesquisa contemporânea, obviamente), e introduzindo novos capítulos relativos às relações internacionais de um modo amplo, bem como às questões políticas e econômicas, multilaterais e regionais, tal como mencionadas acima, não esquecendo a necessária síntese sobre a política externa do Brasil de 1959 a 2004. Esse novo livro deveria comportar uma bibliografia seletiva e, possivelmente, uma cronologia relacional sobre os principais fatos e processos das relações internacionais no século XX e os principais elementos componentes da inserção internacional do Brasil nesse período.

Na espera de uma nova edição “ideal” deste livro, eis aqui, para atender à demanda dos muitos interessados, o “velho” Delgado, ainda tão útil quanto objetivo para o estudo da política externa e da atuação diplomática brasileira.

***Paulo Roberto de Almeida***  
Brasília, abril de 2004  
[www.pralmeida.org](http://www.pralmeida.org)

## Nota Explicativa

Paulo Roberto de Almeida

A apresentação que se segue foi originalmente elaborada pelo Embaixador Rubens Ricupero em 1989, quando exercia o cargo de Representante Permanente do Brasil junto ao GATT e demais organismos das Nações Unidas com sede em Genebra, e destinava-se a introduzir, já então, uma reedição fac-similar desta obra, planejada pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão do Itamaraty, que não pôde, entretanto, concretizar-se naquela ocasião por razões essencialmente de ordem financeira. O texto permaneceu, portanto, “inativo” durante quase dez anos, até que a iniciativa do Senado Federal me levou a tirá-lo de uma antiga pasta de trabalhos do Emb. Ricupero e expurgá-lo de um limbo totalmente indesejado por seu autor.

Ao revisá-lo para uma nova edição, constatei que, à exceção de uma ou outra referência temporal (“Trinta anos...”, quando já estamos a mais de quarenta da primeira e única edição), seus argumentos substantivos e suas observações formais sobre este livro, sobre seus méritos intelectuais, características didáticas e limitações metodológicas, mantêm-se — excetuando, possivelmente, as referências à literatura da área, recentemente ampliada — inteiramente válidos e pertinentes, confirmando a vocação de escritor “estrutural” do autor e seu notável pendor para uma conceitualização basicamente histórica dos problemas objeto de abordagem analítica.

Essa apresentação figura aqui, portanto, exatamente da forma como foi escrita inicialmente, com a única e justificada ressalva do acréscimo, sob sugestão do próprio autor, do advérbio “ainda” em seu título. Sua publicação, “ainda que tardia”, representa, assim, da parte de um brilhante diplomata e professor emérito do Instituto Rio Branco e da Universidade de Brasília, uma singela homenagem a outro professor pioneiro, Delgado de Carvalho, que ainda hoje, na distância do tempo, continua a formar gerações sucessivas de diplomatas e estudantes. Que este livro, agora disponibilizado por especial obséquio dos familiares e herdeiros de Delgado de Carvalho, possa continuar a servi-los, no trabalho acadêmico e profissional, durante bastante tempo ainda.

Brasília, dezembro de 1997

Revisto: Brasília, abril de 2004

## Apresentação

# Uma reedição tardia mas ainda oportuna

*Rubens Ricupero*

Embaixador. Professor.  
Secretário-Geral da UNCTAD.

Trinta anos após seu aparecimento, a *História Diplomática do Brasil*, de Carlos Delgado de Carvalho, continua a não ter substitutos ou alternativas. Esgotado há muito tempo, disputado nos “sebos”, o livro vem circulando em capítulos fotocopiados por estudantes. E, no entanto, apesar disso, o fato de se ter tido de esperar décadas por esta reedição, indica o pouco espaço ocupado pelo estudo do passado diplomático no currículo de nossas escolas.

O segredo do persistente êxito da obra reside no seu valor prático indiscutível: não obstante os protestos em contrário do autor, ela veio preencher uma lacuna há muito sentida, a da falta de um bom compêndio que facilitasse o acesso aos conhecimentos básicos sobre evolução das relações diplomáticas do Brasil.

Esse caráter prático, instrumental, já ressalta da própria origem do livro, nascido de notas e textos das preleções preparadas pelo autor para o curso de que foi, em 1955, encarregado pela direção do Instituto Rio Branco. Extraviados os originais por um editor que se comprometera a imprimí-los em 1956, tiveram de ser reconstituídos algum tempo depois por iniciativa de Américo Jacobina Lacombe, que, mais uma vez, recorreu a apostilas e anotações, reforçando, assim, as características de um texto vivo, impregnado da oralidade das aulas.

Um tom simpático, de modéstia e despretensão, perpassa pelas palavras do preâmbulo, onde Delgado de Carvalho quase se desculpa por haver aceito dar o curso de História Diplomática do Brasil embora sua especialidade fossem os estudos geográficos. Suas razões deixam transparecer o calor e a generosidade do homem: “O desejo de continuar a conviver com a excelente turma de rapazes aos quais havia lecionado História Diplomática Mundial me levou a aceitar uma tarefa nova para mim. Se ‘a vida começa aos quarenta’, pensei, um simples trabalho novo pode começar aos setenta”.

Esse mesmo apego afetoso pelos alunos, marca e razão de ser do genuíno professor, reaparece em seguida quando, ao narrar a peripécia do extravio dos originais, o autor só lastima praticamente a perda “porque alguns de meus mais distintos discípulos, como Antônio Amaral de Sampaio e Sérgio Rouanet, haviam trazido valiosas notas e contribuições”. Poderíamos acrescentar que o tempo transcorrido (mais de trinta anos) veio apenas confirmar o julgamento seguro do mestre sobre a qualidade dos discípulos, motivo determinante a que ficamos a dever o curso e o livro.

Mais adiante, ao registrar os esforços de Jacobina Lacombe, a mesma nota despretensiosa: “Não sei como agradecer tamanha dedicação, pois duvido mesmo que a obra a tenha merecido”.

Além do fator pessoal de falta de especialização, a explicação do tom menor, desambicioso, da apresentação se encontra na modéstia de propósitos: “A minha idéia foi apenas de compendiar em volume o essencial que se ache esparso em bibliografia já bastante rica”.

Encerrado o capítulo das ressalvas, é preciso, porém, restabelecer o equilíbrio, chamando atenção para as sólidas virtudes do trabalho, a começar justamente por ter ele conseguido ser aquilo a que se propôs, um valioso e prático livro de texto para o ensino e o estudo, um compêndio, isto é, uma compilação para fins didáticos dos resultados das pesquisas e monografias originais, o que não representa pouco.

E, dentro dos limites bem estabelecidos do gênero, é de justiça salientar alguns aspectos que, pela inovação da abordagem metodológica ou pela qualidade pedagógica, fazem do livro um instrumento ainda hoje útil para a exploração e a compreensão das grandes etapas diplomáticas da evolução histórica brasileira.

Uma primeira originalidade nesse sentido foi a de deslocar claramente a ênfase para a fase relativamente mais recente da História do Brasil. Insurgindo-se contra a “falha inexplicável” dos programas, ao atribuírem à “história dos portugueses no Brasil”, dito “período colonial”, uma importância e desenvolvimento equivalentes aos “67 anos de Império e 70 de República”, Delgado de Carvalho se concentra na “vida diplomática do país independente”, limitando o tratamento do passado colonial a um capítulo introdutório de antecedentes.

Essa opção pelo exame do mais próximo e, portanto, mais relevante do passado em termos de implicações para o presente já o diferencia do forma nítida da autoria dos autores e títulos por ele citados. Publicada em 1959, a síntese se detém no final da Segunda Guerra Mundial, pouco mais de dez anos antes, mas o capítulo do relato da Operação Pan-Americana foi escrito quase simultaneamente aos fatos que se desenrolavam.

Outro ponto forte a destacar no texto é o estilo simples, desafetado e direto, ao mesmo tempo fluente e articulado, desprovido de adornos e complexidades desnecessários ao objetivo de descrever e explicar com precisão os encadeamentos das ações e eventos diplomáticos.

Ainda nesse domínio da notável adequação do texto e da escritura à finalidade do ensinar e expor merece elogio o uso freqüente e esclarecedor de mapas, traço revelador de geógrafo que o autor partilhava com o Barão do Rio Branco, também grande conhecedor da geografia e corografia do Brasil colonial e apaixonado estudioso do mapas antigos.

Na mesma linha do contribuir para aumentar o valor didático do livro, acrescentando-lhe diversidade de perspectivas e investigação circunstanciada dos episódios, se inscreve a inclusão, ao final dos capítulos, de trechos de outras obras históricas e às vezes de depoimentos pessoais dos próprios protagonistas ou de documentos oficiais. Essa, aliás, é outra nota que aproxima o compêndio de Delgado de Carvalho de um trabalho a todos os títulos exemplar que, também velho de décadas, preserva todo seu valor e sabor originais, a obra-prima que é a *História do Brasil* de João Ribeiro.

O justo reconhecimento da persistente utilidade deste livro de texto não significa, é claro, que não exista hoje em dia espaço para uma síntese original da História Diplomática do Brasil ou para um compêndio mais atualizado e moderno.

A primeira, nunca tentada até hoje, era um velho sonho de José Honório Rodrigues que, na sua *Teoria da História do Brasil*, já anunciava ter em preparo uma “Introdução à História Diplomática do Brasil”. Em sua opinião, “o único capítulo ou período da história diplomática brasileira que se apresenta farta e poderosamente estudado, seja pela riqueza das fontes, seja pela capacidade crítica, seja finalmente pela lucidez da exposição, é o da Independência, a propósito do qual avultam Oliveira Lima e Hildebrando Accioly”. Com os elementos bibliográficos disponíveis e **com novas e exaustivas pesquisas das fontes brasileiras e estrangeiras** (o grifo é meu) julgava ele que se poderia tentar uma obra geral de história diplomática. O que tinha em mente não era um compêndio didático como este, pois afirmava categoricamente: “não será com a condensação da matéria conhecida, mesmo em forma sintética e agradável, que se poderá contribuir para o conhecimento da história diplomática do Brasil” (J. H. Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, 2ª edição, Cia. Editora Nacional, 1º volume, pp. 223 a 226).

Foi talvez por se ter fixado objetivo tão alto e sob condições tão árduas como as que sublinhei acima que José Honório não conseguiu publicar em vida o livro de história diplomática que sempre planejou escrever e de que com frequência falava. Ainda na última vez que o vi, meses antes de sua morte, disse-me que estava trabalhando na obra. Ex-Professor de História Diplomática no Instituto Rio Branco, como Delgado de Carvalho e Jacobina Lacombe, poucos reuniram como ele os conhecimentos, as qualificações científicas e a motivação para dar-nos uma obra sobre a história da diplomacia brasileira que sistematizasse as observações e reflexões às vezes polêmicas mas sempre provocativas e interessantes que deixou esparsas em numerosos escritos, entre os quais *Brasil e África: Outro Horizonte* e *Interesse Nacional e Política Externa*.

José Honório Rodrigues e Delgado de Carvalho encarnam duas modalidades diferentes de abordar o problema de escrever uma síntese ou obra geral de história diplomática brasileira. O primeiro achava que só valeria a pena empreender, com

metodologia rigorosa, um trabalho que, pela originalidade da pesquisa, pela solidez do julgamento e da exposição, viesse a representar contribuição nova para fazer avançar o estado atual dos conhecimentos científicos sobre o tema. O segundo, mais preocupado com a praticidade, a clareza, a utilidade, procurou apenas organizar o material disponível com inteligência e sensibilidade mas com fins exclusivamente didáticos.

É interessante que Delgado de Carvalho faça, no preâmbulo ao compêndio, uma referência ao autor da *Teoria da História do Brasil* que denota alguma consciência, ainda que indireta, da diferença de atitude entre os dois. Ao falar de suas dúvidas em aceitar o convite para lecionar História Diplomática do Brasil no Instituto Rio Branco, diz ele: “Este curso havia sido dado, em anos anteriores, por colegas eminentes, como José Honório Rodrigues e outros (daí as minhas hesitações em aceitar a incumbência)”. No fundo, a sincera modéstia das palavras se origina de um desígnio conscientemente menos ambicioso e exaltante e, por isso mesmo, mais factível, como prova o fato de que, três anos apenas depois do curso que lhe deu origem, o compêndio de história diplomática já se tornara realidade, enquanto esperamos ainda pela síntese original das investigações e conhecimentos nesse campo.

Se a obra-síntese se encontra, assim, por ora, além do nosso alcance, não parece tão difícil imaginar como seria possível conceber um *text-book* reescrito para atender às exigências de um enfoque renovado do ensino da história diplomática.

Nessa tarefa, as metas visadas correspondem precisamente às insuficiências mais flagrantes do presente compêndio, às partes que mais depressa envelheceram ou a aspectos que não era habitual nos anos 50 considerar inseparáveis do entendimento da realidade diplomática.

O primeiro e talvez mais importante desses aspectos tem a ver com a concepção mesma da história da diplomacia, sua abrangência e interação com outros domínios de vida social.

Delgado de Carvalho não foi indiferente a esse tipo de preocupação e, em várias passagens, como no capítulo 2 sobre o reconhecimento da Independência e do Império, assim como no capítulo 6 sobre a questão do tráfico, entre outros, tentou meritoriamente estabelecer ligações mais amplas entre as negociações e eventos diplomáticos e o conjunto de forças e condições históricas que enquadram e condicionam esses acontecimentos.

Não obstante, sua abordagem permanece essencialmente fiel e subordinada à maneira tradicional de encarar a disciplina de forma específica e restritiva, carregando o acento na palavra diplomática. Trata-se, de fato, de privilegiar as relações entre Governos, se não entre Chancelarias, através do exame e balanço minuciosos das negociações e tratados, das instruções, missões e atos oficiais.

Em contraste, a concepção que deveria guiar um projeto de modernização do compêndio é a que inspira a série coordenada por Pierre Renouvin sobre a história das

*relações internacionais*, abordagem mais vasta do que a das *relações diplomáticas*. Nesse gênero de enfoque, as peripécias e vicissitudes da vida diplomática adquirem seu pleno sentido ao serem inseridas no contexto abrangente e condicionante das grandes forças políticas e econômicas mundiais, dos movimentos culturais, das tendências demográficas. É certamente mais difícil como desafio de compilação e organização mas os resultados são muito mais satisfatórios em termos de análise crítica e capacidade explicatória.

Em desdobramento desse método, haveria duas grandes linhas de trabalho a desenvolver. Em primeiro lugar, seria preciso buscar articular a ação diplomática do Governo brasileiro às correntes sociais e políticas de cada momento, ao jogo de pressões e influências que atuam internamente sobre a formulação e execução da política externa.

Em segundo lugar, impõe-se reformular profundamente a narrativa a fim de associar a cada período o estudo das relações econômicas internacionais. Também nesse particular a contribuição de Delgado de Carvalho foi pioneira, ao incluir um capítulo de muito interesse sobre comércio e navegação (capítulo 10), ilustrado, ao final, até por uma passagem da *História Econômica do Brasil* de Caio Prado Júnior.

Aqui, porém, haveria muito a fazer com vistas a incorporar à compreensão do passado internacional do Brasil as conclusões do que se produziu na esfera da história econômica, seja em obras de síntese como as de Celso Furtado, seja através de excelentes estudos de períodos como os de Pedro Malan e Marcelo Paiva Abreu, para não citar senão alguns exemplos, publicados na *História Geral da Civilização Brasileira* ou separadamente.

Em conexão com esse tema, talvez fosse desejável mostrar que as potencialidades e limitações da ação diplomática brasileira se modificam consideravelmente conforme essa atuação se inscreve dentro de um eixo de assimetria e desigualdade (as relações com as potências dominantes, por exemplo as questões do tráfico e do comércio com a Grã-Bretanha do século XIX ou as da dívida e do contencioso comercial com os Estados Unidos da América do século XX) ou dentro de um eixo de relativa simetria e igualdade (as relações com os vizinhos sul-americanos, as questões de limites ou do Prata, no século passado, as relacionadas ao aproveitamento dos rios internacionais ou à integração, no atual). A diferença entre os dois eixos reside, é óbvio, na correlação de poder, fator sem o qual corre-se o risco de não perceber o essencial das relações internacionais.

Naturalmente, um esforço de atualização teria de ser fiel ao próprio Delgado de Carvalho na opção que fez pela contemporaneidade. O ideal mesmo talvez fosse de acentuar ainda mais essa opção e, considerando relativamente bem coberta a fase que se estende até a solução das questões limítrofes com Rio Branco e seus imediatos

desdobramentos, concentrar a atenção no período que se abre com a Revolução de 1930 e chega até nossos dias.

Para isso, toda uma literatura recente da lavra de brasileiros ou brasilianistas estrangeiros deveria ser levada em conta: as interpretações divergentes sobre o chamado “jogo pendular” de Getúlio Vargas, os estudos sobre como o Governo brasileiro de então reagiu aos problemas da Depressão, aos constrangimentos da dívida ou às tentações do comércio com a Alemanha nazista através dos acordos dos “marcos de compensação”, as negociações que culminaram com a implantação da siderurgia em Volta Redonda e a aliança com os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, as monografias sobre os Governos Dutra, Vargas e Kubitschek, sobre a Política Exterior Independente de Quadros e San-Tiago Dantas, dos sucessivos Governos a partir de 1964 etc.

É uma pena, aliás, que ainda não se disponha, no Brasil, de livro comparável ao que Juan Archibaldo Lanús dedicou à política exterior argentina de 1945 a 1980 e intitulou *De Chapultepec al Beagle* (Buenos Aires: EMECE Editores, 1984).

Finalmente, conviria atentar para que o estilo fosse, tanto quanto factível, mais isento em matéria de juízos de valor e o mais aberto possível à apresentação de uma diversidade de perspectivas plausíveis acerca do sentido e da interpretação dos acontecimentos.

Desse ângulo igualmente o livro de Delgado de Carvalho representa um substancial avanço em relação a seus antecessores, os quais adotaram com frequência, como era, aliás, de praxe em todos os países, um tom francamente apologético do passado diplomático.

Nesse particular, a tônica deste volume é mais sóbria e comedida. Em lugar do elogio franco, deixa-se entender, às vezes de forma explícita, outras tacitamente que, na maioria dos casos, as decisões da política exterior brasileira eram, no fundo, as únicas possíveis ou praticáveis. É curioso que isso ocorra mesmo na descrição de episódios geradores de controvérsias sérias entre os contemporâneos, chegando até a provocar a renúncia de ministros, como o próprio autor relata a propósito da adoção da chamada “política das intervenções”, a partir de fins de 1849 com a nomeação de Paulino José Soares de Sousa para a pasta dos Negócios Estrangeiros.

Vejamos, de fato, como a mudança da política vem relatada, primeiro no capítulo 4 sobre a “Guerra Grande” e as intervenções no Prata: “... a não-intervenção havia adquirido a força de um princípio de nossa política exterior em relação ao Prata e o abandono deste princípio só nos foi imposto pelas circunstâncias” (p. 65).

Mais adiante, no capítulo 5 sobre a Tríplice Aliança, assevera-se que: “Em suma, era seguida, com respeito aos nossos vizinhos platinos, uma política de defesa, procurando os nossos governos amenizar, na medida do possível, as intervenções

julgadas necessárias e usando dos processos mais amistosos, para não despertar desconfianças e ódios, o que nem sempre foi evitado.

Outra feição que convém lembrar, também, é que não só os tratados forneciam bases jurídicas para interferências como também eram sempre precedidas de solicitações de um ou outro partido político da República vizinha” (pg. 84).

Enfim, sem escamotear totalmente as oposições e divergências provocadas por essas controvertidas decisões, nosso compêndio trata indiretamente de indicar que não havia em realidade, apesar dos pontos-de-vista discordantes, uma alternativa séria para a política vitoriosa.

A explicação talvez seja insinuada pelo parágrafo do preâmbulo no qual se confessa: “É também este trabalho uma homenagem discreta às tradições da democracia coroada que, durante o Segundo Reinado, congregou ao redor de nosso Imperador, homens notáveis e grandes diplomatas que estiveram à altura das circunstâncias, deixando exemplos inesquecíveis de patriotismo esclarecido”.

Pode-se objetar que não é função de um texto didático questionar as verdades da História oficial ou remexer demais nas feridas do passado. Admitindo-se de bom grado que assim seja, é impossível, porém, deixar de desejar que, numa revisão modernizadora, não se ponha um empenho especial em oferecer espaço razoável para o confronto de honestas diferenças de opinião. Dessa forma, no capítulo sobre o reconhecimento da Independência, seria interessante cotejar a tese tradicional e oficial a que se filia o Barão do Rio Branco, em favor da correção básica da negociação e de seus resultados, inclusive a da aceitação de responsabilidade por parte da dívida pública portuguesa com a visão mais crítica de contemporâneos e de historiadores como Oliveira Lima, na chamada tese da “compra da Independência” e na inconformidade com as concessões que teriam sido inspiradas por interesses dinásticos.

Outra maneira de promover esse cotejo seria lançar mão com mais freqüência de recurso já usado por Delgado de Carvalho, reproduzindo trechos dos documentos oficiais como alguns dos excelentes relatórios do Itamaraty do século XIX e, em contraponto, discursos no Parlamento do Império ou a visão de historiadores de países vizinhos sobre os mesmos episódios. Como daria vida, por exemplo, à narrativa da demissão de Paranhos após a assinatura do tratado de paz com o Uruguai de 20 do fevereiro de 1865, ilustrá-la com a emocionante evocação feita por uma testemunha da qualidade de Machado do Assis em *O Velho Senado* da defesa feita pelo Conselheiro e futuro Visconde e que se prolongou até às 9 horas da noite após iniciar-se com as palavras: “Não a vaidade, Sr. Presidente...”.

Não se veja no que vai dito acima alguma intenção do retirar, no mais mínimo, o mérito e a consideração a que faz jus o livro que ora se reedita. Fustel de Coulanges dizia que, em História, o maior erro que se pode cometer é julgar uma época com valores de outra. Seria pelo menos erro igual avaliar uma obra de acordo com critérios

historiográficos de período posterior. O que se quer aqui é simplesmente afirmar que, se desejarmos reconstruir o trabalho feito há 30 anos, teremos de fazê-lo à luz de valores e critérios contemporâneos. Para tanto, cumpre assinalar, ao empreender a reedição, os pontos merecedores de tratamento distinto.

A circunstância casual do ter sido também professor de história diplomática brasileira no Instituto Rio Branco me torna particularmente sensível às dificuldades de uma tarefa como essa e, conseqüentemente, às qualidades indiscutíveis deste livro pioneiro.

Devo-lhe muito como ajuda na preparação do minhas aulas e como guia seguro que os alunos nele sempre encontraram para compreenderem que o passado da diplomacia brasileira é a condição das possibilidades do presente e do futuro.

Em reconhecimento da dívida que contraímos com o compêndio de Delgado de Carvalho, permito-me sugerir que o IPRI não se limite a reeditá-lo mas lance, desde já, as linhas gerais de um projeto sistemático de pesquisa para atualizá-lo na base de algumas das idéias acima esboçadas e outras mais. Conforme ficou subentendido da exposição, essa tarefa não poderia ser hoje senão o fruto de um esforço coletivo, de um trabalho de equipe.

Que melhor homenagem se poderia prestar a um homem que, aos setenta, praticamente sozinho, após um curso de um ano, conseguiu legar-nos uma obra cujo duradouro valor vem de ser uma vez mais confirmado por esta reedição ao mesmo tempo oportuna e tardia?

[Genebra, 1989]

Rubens Ricupero  
ex-professor de História das Relações  
Diplomáticas do Brasil do Instituto Rio Branco

## Introdução

### **Em busca da simplicidade e da clareza perdidas: Delgado de Carvalho e a historiografia diplomática brasileira**

*Paulo Roberto de Almeida*

Doutor em Ciências Sociais. Diplomata.

A reedição fac-similar deste livro de Carlos Delgado de Carvalho, *História Diplomática do Brasil*, vem responder a uma necessidade bibliográfica tanto quanto atender a uma antiga aspiração de profissionais da diplomacia brasileira. Com efeito, no final dos anos 1980, o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, do Itamaraty, projetava relançá-lo em edição igualmente fac-similar, empreendimento certamente bem-vindo já naquela época, mas que não logrou então concretizar-se em virtude das prosaicas dificuldades de financiamento que soem atormentar, de forma recorrente, as instituições que vivem de recursos públicos.

A empresa foi agora viabilizada graças à feliz iniciativa dos organizadores da coleção “Memória Brasileira” do Senado Federal, em especial nas pessoas de seu coordenador institucional, Senador Lúcio Alcântara, e de seu principal animador, Professor Estevão C. de Rezende Martins, que atendeu prontamente minha sugestão de incluí-lo nesta já prestigiosa coletânea de obras importantes sobre temas brasileiros. Ela vem preencher não apenas uma lacuna propriamente inexplicável em termos editoriais, como também um vácuo didático há muito tempo sentido entre os estudiosos da política externa e das relações internacionais do Brasil em geral e entre os jovens diplomatas em particular.

Obra de reconhecidos méritos metodológicos e substantivos, como já amplamente sublinhado no texto precedente do embaixador Rubens Ricupero, sua edição num circuito não comercial também se beneficia intelectualmente da publicação, tão oportuna quanto tardia, parafraseando seu próprio título, da *Apresentação* que esse notável diplomata e professor da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco havia preparado, em 1989, quando da tentativa anterior de republicação pelo IPRI.

Eis-nos, portanto, finalmente recompensados com nova divulgação de uma obra quase tão mítica quanto rara, pois que desaparecida das livrarias logo nos primeiros anos de sua primeira edição comercial, em 1959 e intensamente buscada nos sebos desde então. Para os muitos candidatos à sua leitura indispensável, ela subsistia apenas nos poucos volumes já “maltratados” emprestados pelas bibliotecas especializadas ou então, *necessité oblige*, tinham de ser cedidos “religiosamente”, com todas as advertências do gênero, por seus felizes e raros possuidores aos muitos ávidos interessados (como este que aqui escreve). Como afirma Ricupero na abertura de sua

apresentação, este livro, por mais de uma razão, tinha se tornado insubstituível, ou quase.

Com efeito, durante mais de três décadas a partir dos anos 60, e mais exatamente até a publicação do trabalho de síntese dos pesquisadores Amado Cervo e Clodoaldo Bueno<sup>1</sup> e, mais recentemente, da obra póstuma do historiador José Honório Rodrigues<sup>2</sup>, esta obra despretenciosa de Delgado constituiu, junto com o título homônimo e contemporâneo de Hélio Vianna<sup>3</sup>, leitura obrigatória e objeto de consulta incontornável de todo e qualquer estudioso da política externa e das relações internacionais do Brasil, em especial de turmas inteiras e sucessivas de vestibulandos e alunos do Curso de Preparação à Carreira Diplomática mantido desde 1946 pelo Instituto Rio Branco. O CPCD foi convertido, em 1995, na primeira fase de um “programa de formação e aperfeiçoamento”, seu currículo acadêmico e profissional passou por diversas modificações, mas o livro de Delgado de Carvalho continua a figurar, em primeiro plano, na lista de leituras da disciplina de história diplomática.

Tendo originado-se, precisamente, de aulas ministradas por Delgado de Carvalho no Instituto Rio Branco, em 1955, o livro teve a desventura editorial de ter conhecido uma única e singela edição, tornando-se propriamente *introuvable* com o passar dos anos. Seu vigor intelectual, entretanto, contrasta flagrantemente com seu presumido envelhecimento físico. O único exemplar disponível na Biblioteca do Itamaraty, por exemplo, está desfazendo-se virtualmente, carregando as marcas literais de uma intensa e repetida utilização visual e “manual” por gerações sucessivas de leitores atentos — páginas desprendidas ou rasgadas, lombada e costura desfeitas, incontáveis sublinhados, felizmente a maior parte a lápis —, o que apenas vem confirmar, precisamente, a preservação de suas qualidades intrínsecas.

Desde a tentativa meritória, mas malograda, do IPRI de relançá-lo em segunda edição, a exemplo do que tinha sido feito com a obra em três volumes de Pandia Calógeras<sup>4</sup>, o livro parecia condenado a continuar sua trajetória solitária para a lista das raridades bibliográficas, quando não para a relação ainda mais triste dos fisicamente desaparecidos. É verdade que o lançamento da obra conjunta de Amado

---

<sup>1</sup> Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992; reeditada em forma revista e ampliada em 2002, pela Universidade de Brasília.

<sup>2</sup> José Honório Rodrigues e Ricardo A. S. Seitenfus: *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995; organização e explicação de Lêda Boechat Rodrigues.

<sup>3</sup> Hélio Vianna: *História Diplomática do Brasil*. 1ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1958; 2ª ed., acoplada à *História da República*; São Paulo: Melhoramentos, s.d. [1961?], pp. 89-285.

<sup>4</sup> J. Pandiá Calógeras, *A Política Exterior do Império*. vol. I: *As Origens*; vol. II: *O Primeiro Reinado*; vol. III: *Da Regência à Queda de Rosas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Câmara dos Deputados, Companhia Editora Nacional (Brasiliana, volume 386), 1989; edição fac-similar; xl + 490 pp., 568 pp. e 620 pp. respectivamente, com Introdução de João Hermes Pereira de Araújo: “O IPRI e a ‘Política Exterior do Império’”, pp. v-xxx. O primeiro volume da edição original dessa trilogia foi publicado como tomo especial da *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1927; o segundo, na mesma forma, sai em 1928 e o terceiro, já integrando a coleção “Brasiliana” da Companhia Editora Nacional, em 1933, poucos meses antes da morte de Calógeras.

Cervo e de Clodoaldo Bueno tinha tirado muito da urgência didática de se reeditar este manual indispensável a todo estudioso de nossa história diplomática, mas também é um fato que, por suas virtudes próprias — texto claro e direto, organização sistemática racional e até mesmo atualidade fatural — o livro de Delgado nunca deixou de merecer uma segunda edição comercial, de preferência com as atualizações devidas.

O falecimento de Delgado, em 1980, na provecta idade de 96 anos, obstou, evidentemente, que essa atualização fosse feita pelo próprio autor, mas não deveria hipoteticamente ter impedido uma iniciativa nesse sentido por parte dos principais interessados na preservação de seu conteúdo didático, a começar pelo setor acadêmico da Chancelaria brasileira, isto é, o Instituto Rio Branco ou, mais uma vez, o IPRI. A bem da verdade, devo confessar que acalentei por um momento, em meados dos anos 80, a pretensão de “continuar” a obra de Delgado, corrigindo-a naqueles pontos que considerava temporalmente defasados ou mudando certas ênfases temáticas na fase contemporânea. O inevitável nomadismo da carreira e as muitas outras obrigações profissionais e acadêmicas, obrigatória ou voluntariamente assumidas desde então, obstaculizaram contudo tal empenho intelectual. Posteriormente, o anúncio continuado de sua “imminente” republicação fac-similar pelo IPRI, ou mesmo “ameaças” posteriores de nova edição comercial, dissuadiram-me na prática de lançar-me em tal empresa de *aggiornamento* de uma obra ainda largamente atual e singularmente moderna, a despeito mesmo de sua concepção finalmente “tradicional”. Com efeito, o caráter objetivo e o espírito vivo desta obra fizeram com que ela se mantivesse como o protótipo historiográfico do que deveria ser uma história fatural sobre nossa política exterior, independentemente e ao lado da emergência de uma nova historiografia que busca “interpretar” ou “contextualizar” essas mesmas relações exteriores.

Na ausência de um projeto do gênero, de caráter institucional ou por simples iniciativa individual, o terreno continua aberto a que obra similar de caráter histórico retome ou complete este livro didático, sempre válido, de Delgado de Carvalho. A presente edição poderia representar, justamente, uma espécie de estímulo editorial a que um empreendimento desse tipo seja concebido e levado adiante por diplomatas ou por pesquisadores acadêmicos. A base intelectual colocada aqui por Delgado constitui terreno sólido sobre o qual poderia erguer-se tal trabalho de atualização historiográfica, acrescida da sempre bem-vinda complementação documental, que não era de menor importância segundo sua concepção original. Aguardando que tal iniciativa possa encontrar candidatos, vejamos, nesta introdução metodológica, como se situa este livro de Delgado no contexto dos demais exemplos de análise ou de relato histórico das relações exteriores do Brasil, quem foi seu autor e quais foram suas principais obras, como se sustenta este trabalho em face das exigências heurísticas de uma “história diplomática” nacional e como evoluíram, desde sua publicação, os estudos de política externa do Brasil.

O presente texto, cujas partes centrais foram concebidas de maneira independente e escritas cronologicamente à distância da *Apresentação* preparada originalmente em 1989 pelo Emb. Ricupero, não tem a pretensão de complementar a excelente análise intelectual desta obra já efetuada pelo então representante do Brasil junto ao GATT e atual Secretário-Geral da UNCTAD. A breve síntese sobre a vida e a obra de Delgado aqui inserida foi elaborada inicialmente como parte de um esforço mais vasto de levantamento bibliográfico e de resenha crítica da historiografia brasileira de relações internacionais, tendo sido publicada parcialmente em revista acadêmica vários anos atrás<sup>5</sup>. As demais seções desta introdução geral a esta obra de Delgado pretendem, justamente, ressaltar seu valor específico no contexto da literatura especializada disponível ao público interessado em história diplomática do Brasil e demonstrar a pertinência de uma nova edição *aggiornata*.

### **AC-DC: Calógeras como marco historiográfico**

Pandiá Calógeras, o “Clausewitz” da política externa do Brasil, foi quem iniciou, verdadeiramente, o estudo científico das relações internacionais do País. Para isso, ele tinha recuado praticamente até o nascimento da nação portuguesa, seguido os passos de suas aventuras coloniais e *déboires* europeus e acompanhado atentamente as primeiras etapas da diplomacia brasileira, desde o reconhecimento da independência até a luta contra Rosas, em 1851-52. Fazer história diplomática, depois de Calógeras já não seria mais obra de simples diletantes ou de cronistas do regime em vigor e, de fato, tornar-se-ia difícil seguir os passos de quem exerceu diuturnamente o ofício de escritor-historiador praticamente desde o nascimento até o final da República Velha.

Ele foi, aliás, pioneiro em várias vertentes da historiografia brasileira: história política, monetária (seu *La Politique Monétaire du Brésil* é primoroso), história administrativa, dos tributos, dos transportes, mineralógica e energética etc. No setor que nos interessa, Calógeras representou, para todos os efeitos, um marco historiográfico na reconstituição das relações exteriores do Brasil, a ponto de se poder, a exemplo do título desta seção, operar uma espécie de “ruptura epistemológica” em torno de sua obra.

Depois de Calógeras e seus livros monumentais sobre as relações exteriores do Brasil, de fato desde o período colonial português, os diplomatas e historiadores que se dedicaram ao estudo da política externa do Brasil passaram a abordar períodos históricos mais limitados, espaços geográficos mais restritos ou temas políticos mais específicos, versando geralmente sobre problemas de fronteiras ou sobre questões diversas da diplomacia imperial. Nesse quadro, merecem registro algumas obras de

---

<sup>5</sup>Ver Paulo Roberto de Almeida, “Estudos de Relações Internacionais do Brasil: etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília: nova série, ano 36, nº 1, 1993, pp. 11-36, em especial pp. 20-23: “O fatual de qualidade: Delgado de Carvalho”. (Texto ampliado e incorporado ao livro do autor: *Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira*. 2ª ed.; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, cap. 2: “Historiografia brasileira de relações internacionais”).

história diplomática, em primeiro lugar a síntese geral da política externa brasileira realizada por Renato de Mendonça, que, publicada no exterior, na verdade cobre quase que exclusivamente o período colonial, chegando tão somente ao reconhecimento da Independência<sup>6</sup>. José Antônio Soares de Souza, por sua vez, produziu diversos estudos monográficos sobre o período monárquico e a questão do Prata em particular<sup>7</sup>. O diplomata Teixeira Soares também se ocupou da mesma problemática, bem como da formação das fronteiras<sup>8</sup>. Em todos eles há uma espécie de racionalização intrínseca a respeito dos “acertos” da política imperial e sobre a inexistência, por exemplo, de alternativas diplomáticas ao quadro de conflitos na região platina.

Essas obras eruditas destinavam-se contudo a um público restrito, geralmente formado pelos demais historiadores ou pelos próprios profissionais da carreira diplomática. O Instituto Rio Branco (IRBr), que começou a funcionar em 1946, passou a organizar cursos de formação ou de aperfeiçoamento de diplomatas, para os quais foram convidados alguns desses eminentes historiadores, muitos deles dedicados igualmente à instrução de oficiais militares nos Estados-Maiores das Forças Armadas. Os historiadores José Honório Rodrigues e Hélio Vianna e o geógrafo Carlos Delgado de Carvalho foram alguns desses muitos intelectuais de renome que abrilhantaram os cursos do IRBr entre finais da década de 40 e princípios dos anos 60.

O esforço de sistematização permitiu, em cada um desses casos, a elaboração de “notas de curso” que puderam ser posteriormente transformadas em trabalhos independentes, dos quais apenas os de Vianna e Delgado lograram alcançar publicação comercial ainda nos anos 50, ambos intitulados *História Diplomática do Brasil*. Esses dois volumes, precisamente, constituíram a matéria-prima educacional para que gerações sucessivas de estudantes brasileiros se habilitassem no vestibular de ingresso e, posteriormente, acompanhassem o próprio curso do IRBr de preparação à carreira diplomática, permanecendo como referências obrigatórias nesse terreno até o surgimento da obra mais moderna dos Professores Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno e a tão delongada publicação das notas de curso de José Honório Rodrigues.

### **Hélio Vianna e a visão oficial da política externa**

O primeiro volume a vir a lume foi o *História Diplomática do Brasil* de Hélio Vianna, trabalho baseado em curso ministrado em 1947 sobre a história das fronteiras do Brasil (publicado originalmente pela Biblioteca Militar em 1949) e completado por texto sobre história diplomática resultante de curso de aperfeiçoamento

---

<sup>6</sup>Renato de Mendonça, *História da Política Exterior do Brasil, 1500-1825*. México: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1945.

<sup>7</sup>José Antônio Soares de Souza, *Um diplomata do Império: Barão da Ponte Ribeiro*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1952.

<sup>8</sup>Teixeira Soares, *Diplomacia do Império no Rio da Prata, até 1865*. Rio de Janeiro: Brand Editora, 1955.

no IRBr em 1950. A primeira edição, há muito esgotada, foi publicada pelas Edições Melhoramentos em 1958, sendo posteriormente acoplada, em sua 2ª edição, a outro trabalho do autor, *História da República*, esta por sua vez destacada da *História do Brasil*.

A *História Diplomática* de Hélio Vianna é, antes de mais nada, uma obra híbrida, pois que retoma trechos inteiros do *História das Fronteiras*, logrando contudo uma certa unidade temática e de tratamento linear sobre os principais eventos das relações internacionais do Brasil desde os descobrimentos até, na segunda e última edição, o problema dos mísseis soviéticos em Cuba, em 1961, com ênfase, evidentemente, nos diversos processos de fixação de limites com os vizinhos países sul-americanos. A posição conservadora do autor reflete-se claramente nesta obra, que opera, nas mais diferentes passagens, uma justificação integral das escolhas oficiais a cada momento de nossa história política.

Como na obra homônima de Delgado, o trabalho de Hélio Vianna também se socorre de diversas citações de especialistas ou de documentos oficiais, mas as transcrições, em menor número, estão incorporadas ao próprio texto. Seu livro, igualmente didático, está organizado em torno da atuação dos governos e das chancelarias, como todo manual de história política tradicional. No que se refere às relações exteriores do Brasil, o livro se conclui, como seria o caso também com a *História Diplomática* de Delgado de Carvalho, com menção à Operação Pan-Americana, iniciativa multilateral regional tomada pelo Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, com escassos resultados práticos, mas permitindo o surgimento ulterior da “Aliança para o Progresso” do Presidente Kennedy.

Trata-se, a exemplo da obra correspondente de Delgado de Carvalho, de um trabalho pertencente claramente à categoria das “obras gerais”, isto é os manuais de síntese, de escopo essencialmente fatural e, no caso de Vianna, praticamente “oficial”, em termos de postura interpretativa. Mas, à diferença do livro do primeiro, o trabalho de Hélio Vianna dá muito maior ênfase aos episódios da história colonial e monárquica independente do que ao período republicano contemporâneo, que constitui o essencial da contribuição inovadora do primeiro, cujo manual é um exemplo daquilo que os franceses chamariam de *histoire immédiate*. Pode-se dizer, portanto, que os dois livros homônimos se complementam reciprocamente, tanto em informação como em seleção de episódios significativos.

Hélio Vianna não pretendia se situar no plano analítico de *A Política Exterior do Império* de Pandiá Calógeras, por exemplo, que operava uma reconstituição histórica profissional de todo o itinerário histórico das relações internacionais de Portugal e do Brasil desde as origens ibéricas até a queda do ditador Rosas da Argentina (1852). Ele permaneceu numa outra vertente, a da recompilação das interpretações consagradas sobre os episódios mais importantes da política exterior oficial, e não chega

a superar os limites estritos da “história diplomática”. De todo modo, seu minucioso trabalho fatural é complementar ao livro de Delgado de Carvalho, já que se estende nos períodos e temas em que este último não pretendeu cobrir em detalhes, como é o caso da história colonial e da expansão portuguesa para além dos limites traçados originalmente em Tordesilhas. Como o de Delgado, o manual de Vianna quiçá mereceria também uma segunda edição, de preferência atualizada.

### **O homem Delgado de Carvalho: um gentleman cartesiano**

Carlos Delgado de Carvalho foi um dos últimos representantes, no Brasil, de uma geração dividida entre duas épocas: uma cultura estilo *belle époque*, que sobreviveu ao Brasil monárquico do século XIX e que ainda projetou influências no comportamento semi-aristocrático das elites da Primeira República, e uma outra, dita “cultura de massas”, típica de uma estrutura social em intenso processo de transformação a partir da Revolução de 1930. Sua longevidade permitiu-lhe atravessar os mais diferentes regimes políticos do País e seus diversos sistemas educacionais, mas Delgado também era uma personalidade distraída, a ponto de ignorar quais fossem os mandatários do momento. Tendo nascido em Paris em 1884, filho de um Secretário da Legação brasileira — monarquista como todos os demais integrantes do serviço diplomático —, ele só veio a conhecer o Brasil, contra a vontade do Pai, aos 22 anos de idade, em 1906, tendo de se naturalizar brasileiro novamente em virtude de ter prestado serviço militar no Exército francês pouco tempo antes.

Sua educação seguiu o modelo adotado pelas boas famílias da *belle époque*, com preceptores estrangeiros, colégios internos e um perfeito multilinguismo: aprendeu inglês com sua avó materna, em Londres, francês e várias outras línguas em colégios da França e da Suíça. Tendo diplomado-se como “Bachelier de l’Enseignement Sécondaire Classique”, em Paris, em 1905, ele completa, em 1908, como aluno da École Libre des Sciences Politiques, uma tese intitulada “Un Centre Économique au Brésil: l’État de Minas” e escreve, nesse mesmo ano, um minucioso trabalho de geografia, *Le Brésil Méridional*. Esse livro, uma cuidadosa análise da estrutura física, econômica e humana dos estados sulinos (que à época incluíam São Paulo) foi certamente inovador na geografia brasileira e talvez mesmo até na francesa, pois que centrado na apresentação e discussão minuciosa de três culturas socio-econômicas distintas e contrastantes: “le pays du café”, “le pays du maté” e “le pays de l’élevage”. Sua orientação para a geografia se reforça nessa época, tendo escrito em 1913 um livro prefaciado por Oliveira Lima, *Geografia do Brasil*, livro que foi objeto de numerosas reedições atualizadas nas décadas seguintes. Um estágio feito no Museu de Londres durante a Primeira Guerra Mundial lhe daria oportunidade de escrever mais um trabalho, *Météorologie du Brésil*, capacitando-o ulteriormente a trabalhar para o Serviço

Pluviométrico do Brasil, elaborando, na década seguinte, mais de meia centena de mapas do Nordeste.

Sua produção acadêmica intensifica-se então, paralelamente à prática educacional. Em 1916 é convidado para o cargo de professor extraordinário da Escola de Altos Estudos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Pouco depois presta concurso para a cadeira de inglês do Colégio Pedro II, apresentando o trabalho “Esboço Histórico das Origens e Formação da Língua Inglesa”. Em 1920 torna-se professor de sociologia no mesmo Colégio, ao qual ficaria ligado toda a sua vida. Delgado chegou mesmo a exercer, por curto período, o cargo de diretor do Colégio Pedro II, no imediato seguimento da Revolução de 1930, tendo sido designado, em 1931, vice-diretor da instituição, função que manteria até seu falecimento.

Em 1921, o Ministro do Exército Pandiá Calógeras convida-o para ser conferencista das Escolas de Intendência. Escreve, nos anos 20, os livros *Corografia do Distrito Federal*, *Geografia Econômica da América do Sul*, *Fisiografia do Brasil* e uma notável introdução aos estudos de geografia moderna, *Metodologia do Ensino Geográfico* (1925). Desde 1923, e até sua aposentadoria compulsória aos 70 anos, dedica-se igualmente ao ensino de sociologia na Escola Normal (depois Instituto de Educação). Em 1936, com a fundação da Universidade do Distrito Federal, torna-se catedrático de História Contemporânea e, a partir de 1939, de História Moderna e Contemporânea da antiga Universidade do Brasil (depois UFRJ), desempenhando-se nessa cadeira até sua aposentadoria compulsória. Esteve associado desde o início ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (fundado em 1935) e muitos de seus trabalhos — *Exercícios e Práticas de Geografia* (1941), *Geografia dos Continentes* (1943) — trazem tanto a marca da atividade didática quanto a colaboração constante com essa instituição.

Em 1954, já com 70 anos de idade, quando muitos encerram suas atividades, Delgado de Carvalho começou nova fase de intensa produtividade em sua vida acadêmica e de professor, a começar pela cadeira de História Diplomática no Instituto Rio Branco, da qual resultaria este livro. Também a partir de 1954, e até 1960, foi professor no curso de jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia. Data dessa época uma ainda legível *História Geral* em quatro volumes (1956), de formato e finalidade essencialmente didáticos, mas podendo preencher, graças a sua qualidade e profundidade, as estantes de qualquer historiador profissional ou leitor erudito.

Intensifica-se também nessa mesma época o trabalho que já vinha desenvolvendo no IBGE, juntamente com Therezinha de Castro, que se torna sua assistente e colaboradora em inúmeros trabalhos. Como resultado dessa colaboração emerge, em 1960, sob cobertura editorial do Conselho Nacional de Geografia, o *Atlas de Relações Internacionais*, republicado posteriormente, em forma de fascículos na *Revista Brasileira de Geografia* (1967). Em 1963 são publicados dois livros:

*Organização social e política brasileira* (pelo Centro de Pesquisas Educacionais) e *África: geografia social, econômica e política* (com biografias sumárias preparadas por Therezinha de Castro. Nos anos 70 ainda permanecia ativo, tendo sucessivamente publicado, geralmente pela Editora Record do Rio de Janeiro *Civilização Contemporânea* (em 1970, com 557 páginas!) *Relações Internacionais* (1971, 327 p., pela São Paulo Editora), *História das Américas* (1976) e *História Documental, Moderna e Contemporânea* (1976), este último uma coletânea de textos de personalidades e de historiadores relevantes.

### **A obra “diplomática” de Delgado: modesta, original e completa**

*História Diplomática do Brasil* é, antes de mais nada, um manual didático extremamente útil ao estudioso que deseje adquirir uma visão ampla das relações exteriores do Brasil em quatro séculos de história, com forte ênfase no período contemporâneo. Como *text-book* acadêmico ele cumpre de maneira amplamente satisfatória esse papel de informação fatural sobre os eventos e processos que marcaram historicamente a inserção internacional do Brasil, inclusive com uma utilíssima transcrição de trechos selecionados dos autores mais significativos que escreveram sobre suas relações exteriores. Essa compilação de “fontes”, apresentada sob a forma de “Excerpta”, compensa, em parte, mas não substitui, a falta de uma verdadeira bibliografia e obras de referência, que talvez existisse na versão original dos manuscritos, infelizmente perdidos pelo editor.

Em seu preâmbulo, Delgado menciona outros autores que trataram da história diplomática do Brasil, como Hélio Vianna, Teixeira Soares, Renato de Mendonça, Macedo Soares e Pedro Calmon, mas curiosamente não se refere a Pandiá Calógeras, apesar de que um excerto da *Política Exterior do Império* seja transcrito no livro. No próprio corpo da obra, Delgado tampouco deixa de transcrever alguns dos autores selecionados para a “Excerpta”, mas sempre de maneira pertinente e comedida. Em todo caso, a seleção operada por Delgado para essa seção, extremamente útil como referência a fontes primárias ou à bibliografia secundária, é bastante eclética, indo de historiadores portugueses aos memorialistas brasileiros, orgulhosos do passado imperial, e até a um historiador marxista como Caio Prado Júnior. Ressalte-se, entretanto, que, do total de 409 páginas de seu livro, 317 correspondem efetivamente à produção de Delgado e apenas 92 à transcrição de outros autores ou fontes documentais. Mesmo essa compilação apenas complementa o entendimento de cada época, mas não diminui o valor da produção intelectual do próprio Delgado, que se sustenta inteiramente sem os excertos.

O que mais chama a atenção nessa obra é, contudo, sua atualidade, já que todo o passado colonial português, normalmente valorizado nas obras históricas dos autores tradicionais, recebe apenas um tratamento introdutório, com a modesta extensão

de 19 páginas. Todo o resto é Brasil independente e mais da metade, de fato, é dedicado ao Brasil República. Como já ressaltado pelo Emb. Ricupero na Apresentação, o próprio Delgado justifica em seu Preâmbulo essa preferência: “A meu ver, é uma falha inexplicável dos nossos atuais programas secundários de atribuir à história dos portugueses no Brasil, dito ‘período colonial’, uma importância e desenvolvimento equivalente aos nossos 67 anos de Império e 70 anos de República” (p. xviii).

Delgado, de seu lado, faz uma opção preferencial e manifesta pela contemporaneidade, às vezes até pela atualidade mais imediata, como é o caso já citado da Operação Pan-americana, iniciativa conduzida pela diplomacia tenaz de Juscelino Kubitschek e que estava ainda se desenvolvendo no momento mesmo do fechamento do livro. Este, publicado em 1959, traz ainda a seguinte informação no capítulo relativo ao pan-americanismo: “A 17 de novembro [de 1958], reunia-se em Washington, o Comitê dos 21 [no âmbito da OEA, para tratar da OPA], no qual Augusto Frederico Schmidt chefiava a delegação brasileira” (p. 343). Mais atualidade, impossível: trata-se do mais puro exercício daquilo que os franceses chamariam de *histoire immédiate*.

### **Características analíticas e metodológicas**

Com todo a sua modernidade e pertinência, o livro de Delgado ainda assim se ressentia de uma dispersão metodológica no tratamento dos diversos temas selecionados. O texto é conciso no desenvolvimento da história colonial (que comporta tão somente um curto capítulo inaugural, embora seguido de várias compilações de autores), bastante equilibrado no tratamento do Império (nove capítulos ao todo, inclusive um “econômico” sobre os tratados de comércio) e, no que se refere à República, relativamente insatisfatório do ponto de vista de uma abordagem integrada e compreensiva desse período, a despeito mesmo da riqueza e da diversidade da informação compilada.

Esse período é tratado mais em função dos *problemas da política externa* de governos sucessivos, numa vertente propriamente diplomática (reconhecimento da República, intervenção estrangeira na revolta de 1893, fronteiras), do que no seguimento de uma análise integrada da história das *relações exteriores* ou das *relações internacionais* do Brasil. Assim, depois de um capítulo inicial sobre o reconhecimento da República e de um outro sobre a intervenção estrangeira na revolta de 1893, seguem-se quatro grandes capítulos sobre os problemas de fronteiras, tema evidentemente obrigatório — e bastante “atual”, até uma data ainda recente — nos programas curriculares de diplomatas e militares.

As políticas externas dos governos republicanos são examinadas num único capítulo: “Rio Branco, Chanceler da Paz e seus Sucessores”, o que se revela inadequado em razão da complexidade dos problemas em cada época, sobretudo no período varguista. Basta dizer que as relações internacionais do Brasil entre 1913 e 1959 estão

em grande parte comprimidas nas últimas 20 páginas desse capítulo, mas aqui seguindo uma abordagem essencialmente biográfica dos fatos mais relevantes desse longo período, como se a política externa dos “sucessores” de Rio Branco tivesse sido realmente determinada, ou essencialmente definida, pelas orientações pessoais de cada um dos respectivos chanceleres.

Em todo caso, a abordagem pelas questões relevantes ou temáticas continua pelo resto do livro: a doutrina Monroe e as intervenções, o pan-americanismo acadêmico (na verdade um importante capítulo, cobrindo o desenvolvimento jurídico do pan-americanismo e, depois, uma série de grandes temas de nossa política exterior regional), os Estados Unidos e as Repúblicas latinas (de fato as relações Brasil-Estados Unidos) e o isolacionismo e as guerras mundiais (tratando inclusive do problema da Liga das Nações). O enfoque é quase sempre político, segundo a visão da história tradicional, com uma descrição objetiva da atuação das diversas chefias da Chancelaria brasileira e algumas (raras) pinceladas sobre os problemas econômicos envolvidos. Mas, não há, propriamente, um tratamento abrangente e “contextualizado” (para usar um termo da moda) da política externa governamental no quadro de um país agro-exportador, em processo de industrialização e ocupando uma posição marginal na macroestrutura política mundial.

### **Limites e virtudes da história fatural**

Ressalve-se, porém, que esse tipo de história “interpretativa” não fazia parte da concepção didática e instrumental que Delgado emprestou a suas notas de curso finalmente convertidas em livro. Como advertiu Ricupero, não se pode julgar uma obra desse porte armado com os instrumentos analíticos e as orientações historiográficas de nossa própria época. Seria totalmente anacrônico, portanto, condenar o fatualismo de Delgado com base numa pretensa superioridade do “processo estrutural” de longo curso sobre o imediatismo da “matéria-prima” da História, como se Braudel e os *annalites* não praticassem igualmente a *histoire événementielle*.

Ao contrário, e sem mencionar a preocupação pedagógica, a obra de Delgado de Carvalho é realmente preciosa pelo que tem de acúmulo de fatos históricos, mesmo se muitos outros estão completamente descurados, como por exemplo as grandes conferências econômicas do pós-guerra, de Bretton Woods às rodadas do GATT, passando pelo conferência de Havana e as reuniões econômicas e comerciais pan-americanas, mencionadas apenas *en passant*. Os fatos ou processos de tipo propriamente econômico, como as grandes correntes de comércio, o esforço industrializador e outros, perdem-se no emaranhado de acontecimentos políticos que recheiam — ou ocupam plenamente — o livro.

Esses fatos estão, grosso modo, ordenados logicamente e quase sempre são pertinentes ao capítulo em causa, mas por vezes há um deslize para o anedótico ou o

acessório. Ao tratar dos Tratados de Utrecht de 1713 e de 1715, por exemplo, Delgado não deixa de mencionar que os plenipotenciários de D. João V foram o Conde de Tarouca e D. Luís da Cunha, informação mais bem pertinente numa história diplomática de Portugal. Mas, ele insere nessa seção uma curta referência ao importante tratado de Methuen (pp. 9-10), base econômica ulterior, com outros instrumentos de aliança política e militar, da histórica dependência de Portugal em relação à Inglaterra. Em outra passagem, ainda no terreno do episódico, ao referir-se à gestão Otávio Mangabeira, ele termina por uma citação de Gustavo Barroso sobre a inauguração solene por Washington Luís das novas dependências do Itamaraty: “Celebrou-se então à noite grande baile de gala, festa brilhantíssima que deu aos salões do velho palácio e aos jardins profusamente iluminados o esplendor decorativo do tão falado sarau com que, em 1870, a Guarda Nacional da Corte, homenageando o Marechal Conde d’Eu, ali comemorou o fim da campanha do Paraguai” (p. 264). É bem verdade que o velho Palácio do Itamaraty, guardião de setenta anos de atividades diplomáticas, deixou saudades em mais de uma geração de dedicados funcionários da Casa do Barão.

Mas, a despeito do estilo *belle époque*, acima ilustrado, de Delgado de Carvalho, seu livro é uma mina de informações de boa qualidade para todo aprendiz de diplomata, bem como para o estudioso principiante da política exterior do Brasil. O pesquisador profissional poderia fazer, é verdade, sérias objeções ao método de Delgado: ele encontrará ali apenas um ordenamento dos fatos, mais do que dos processos, de nossa história diplomática e de toda forma não terá, como se disse, qualquer inserção desses fatos numa trama mais ampla das relações internacionais do Brasil, sobretudo em sua vertente econômica externa. Tais não eram, relembre-se, os objetivos de Delgado.

As eventuais limitações do livro, se assim podemos classificar uma de suas qualidades essenciais, se devem exatamente ao caráter eminentemente didático, derivado de notas de aulas proferidas na Academia diplomática. Suas qualidades confirmadas são as de uma primeira (junto com Vianna, é verdade) sistematização da história diplomática do Brasil e uma apresentação honesta e abrangente das relações políticas externas, em função das grandes questões que ocuparam a atenção dos mandatários portugueses e das lideranças da Nação independente. Em suma, trata-se de uma história “política” da política externa, com todas as qualidades e defeitos que tal gênero possa comportar.

Os problemas econômicos não são ignorados, mas mesmo sua abordagem recebe um tratamento essencialmente político. O capítulo sobre “comércio e navegação”, por exemplo, comporta basicamente uma descrição das doutrinas econômicas então em voga e uma história da sucessão de negociações políticas entre, por um lado, a Inglaterra e, por outro, Portugal e depois o Brasil em torno das condições do comércio recíproco. A “análise” econômica, nesse caso, é dada pela pertinente

transcrição de um trecho da *História Econômica do Brasil* de Caio Prado Júnior, onde se discute, precisamente, a dependência portuguesa em relação à Inglaterra.

### **Um modelo ainda válido**

Como se situa o *História Diplomática* de Delgado de Carvalho no conjunto dos (poucos) trabalhos que se dedicaram a analisar a política externa brasileira? Certamente em primeiro plano, mas com características próprias de conteúdo e de método. O trabalho pertence claramente à categoria das “obras gerais”, isto é os grandes esforços de síntese, mas seu escopo é mais modesto, ao pretender tão somente traçar um resumo expositivo das grandes linhas evolutivas de nossa política externa, e não avançar no terreno da pesquisa ou da elucidação de problemas complexos das relações exteriores do Brasil.

Junto com a obra também essencialmente fatural, e praticamente “oficial”, publicada no ano anterior por Hélio Vianna, o livro de Delgado foi pioneiro no gênero, ocupando um espaço quase que exclusivo durante toda uma geração. É claro que não se pode, por exemplo, comparar seu manual à portentosa obra de Pandiá Calógeras, *A Política Exterior do Império*: Pandiá pertence a uma outra espécie ou talvez mesmo a uma outra “família” — a minuciosa reconstituição histórica profissional — do mesmo gênero acadêmico, ainda que sua pretensão tenha sido a de superar os limites estritos da “história diplomática”.

Mas, o livro de Delgado possui objetivos mais modestos, ainda que mais abrangentes, e não se destinava inicialmente senão à divulgação de material de estudo entre os alunos do Instituto Rio Branco. Sua publicação foi decidida graças a uma conjunção de esforços de diplomatas e historiadores, depois que os originais do primeiro manuscrito foram perdidos pelo editor, em 1956. Ela tem o mesmo estilo inconfundível que Delgado costumava imprimir à suas demais obras: precisão, concisão, objetividade, num espírito propriamente cartesiano. Como ele mesmo diz em seu Preâmbulo, “Não sendo obra de erudição, tentei apenas dar com clareza e sobriedade, evitando críticas e elogios, uma idéia de nossa situação internacional, salientando a continuidade política que caracteriza a nossa diplomacia” (pp. xviii-xix). Com efeito, onde Hélio Vianna distribui fartos elogios à inteligência e competência das lideranças políticas do Império e da República, justificando totalmente e concordando implicitamente com qualquer ação de nossa diplomacia, Delgado limita-se a expor os fatos, nada mais do que os fatos, inserindo aqui e ali alguns poucos comentários valorativos que em nada interferem no desenvolvimento da narrativa. Trata-se, como já mencionado, de um livro sóbrio e, como tal, merecedor de uma nova edição integral e possivelmente atualizada.

### **A reorientação dos estudos de relações internacionais**

A história diplomática tal como praticada por esses ilustres predecessores nos anos 40 e 50 ficou de certa forma congelada no tempo, na espera que da academia pudesse emergir uma nova geração de estudos historiográficos sustentados em novas interpretações e técnicas de pesquisa, incorporando por exemplo os dados brutos ou comparados das relações econômicas internacionais do Brasil e uma visão específica do modo de sua inserção no sistema político mundial em cada época. Novos trabalhos dotados dessas preocupações começaram a emergir nos anos 70 e 80, mesmo se a vinculação “genética” a determinados esquemas conceituais— teorias da dependência ou do imperialismo, por exemplo — terminou por “contaminar” algumas dessas contribuições.

Como ocorreu com os debates entre escolas históricas opostas em outros países, na Alemanha ou nos Estados Unidos, por exemplo, a corrente “revisionista” brasileira descartou em grande medida os aportes feitos anteriormente pela historiografia diplomática “tradicional”. Seus representantes mais ilustres passaram a ser acusados, geralmente por historiadores de esquerda, de conivência com a “versão oficial” e com uma interpretação “Estado-cêntrica” das relações externas do país. Segundo os críticos, esses trabalhos tinham concentrado-se, talvez em demasia, nos episódios propriamente políticos ou militares da ação diplomática governamental (isto é, negociações entre Estados, conflitos militares, conclusão de tratados, atuação das chancelarias etc.), em detrimento dos processos de natureza mais estrutural e de longo prazo que poderiam explicar ou dar sentido a determinadas escolhas fundamentais da Nação na frente externa. As gerações subsequentes de pesquisadores universitários, a despeito da crescente produção voltada para as relações internacionais do Brasil nos últimos anos, como também da própria proliferação de cursos e instituições dedicadas a essa área, pouco fizeram nesse campo da sistematização de amplo espectro: ou criticaram, do ponto de vista político e metodológico, a abordagem *événementielle* desses pioneiros ou eximiram-se, tão simplesmente, do trabalho de produzir manuais alternativos.

Sem pretender repassar o conjunto das realizações nesse terreno, caberia ainda assim examinar alguns exemplos que honram o gênero e estão colocando sobre novas bases, senão o estudo das relações internacionais do Brasil, pelo menos esse gênero raro na historiografia nacional que é a história diplomática. A esse propósito, destacam-se, nesse processo de realizações acadêmicas, o trabalho conjunto de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, *História da Política Exterior do Brasil* (1992; nova edição: 2002), e a obra que reúne as aulas dadas pelo historiador José Honório Rodrigues no Instituto Rio Branco, entre 1946 e 1956, e que compreende dois capítulos cobrindo o período entre-guerras preparados pelo revisor dos originais, o Prof. Ricardo Seitenfus, *Uma História Diplomática do Brasil* (1995), cuja publicação tinha sido

anunciada várias vezes pelo seu autor principal e que era aguardado com impaciência há muitos anos.

Antes de dar início, contudo, ao exame dessas obras em colaboração, seria interessante observar o itinerário analítico conduzido na academia entre a publicação dos pioneiros e a recente produção universitária. Seria possível encontrar-se alguma linha condutora na produção acumulada nos últimos 40 anos? Um tema constante nos trabalhos acadêmicos dessa nova safra de pesquisadores é a tentativa de identificar as grandes linhas da política externa brasileira que influenciaram ou permitiram (ou não) a busca ou o atingimento da “autonomia nacional”. Antes de qualquer outra consideração sobre a produção historiográfica nesse campo, temos de convir que, a exemplo das racionalizações sobre a ideologia do desenvolvimento operadas nos anos 50 e 60 por Álvaro Vieira Pinto e Cândido Mendes, trata-se, obviamente, de objetivo acadêmico não de todo despojado de um certo parentesco intelectual com o idealismo hegeliano.

Ao introduzir, por exemplo, uma coleção de ensaios relacionados, de perto ou de longe, com essa temática, o Embaixador Rubens Ricupero, professor de relações internacionais da Universidade de Brasília e de história das relações diplomáticas do Brasil no Instituto Rio Branco, afirmava claramente que “a idéia que impulsionou o curso foi a da História Diplomática como o cenário da realização progressiva e nunca inteiramente concluída da independência”, vinculando ao pensamento de Vico essa “visão da História Diplomática como a edificação e a afirmação gradual da autonomia” nacional.<sup>9</sup> A permanente afirmação e consolidação da independência nacional, de um lado, e a busca do desenvolvimento econômico, de outro, constituem, segundo esse profissional e especialista das relações internacionais do Brasil, os dois grandes objetivos permanentes da política externa brasileira; o segundo tema é, precisamente, objeto de outro trabalho do autor, sobre a diplomacia do desenvolvimento<sup>10</sup>.

Também Gerson Moura, um dos autores mais prolíficos no gênero história diplomática brasileira, não consegue desvincular a organização da matéria-prima bruta de seus trabalhos de pesquisa — de resto excelentemente bem conduzida — de algumas grandes noções que, por terem uma clara conotação “esquerdista”, não são menos inspiradas, evidente ou implicitamente, na tradição hegeliana da história: sistema de poder, mercado capitalista, imperialismo. Este último conceito, por exemplo, já visualizado como categoria histórica concreta e no contexto das relações Brasil-EUA entre 1935 e 1942, seria resultante de uma certa “astúcia da razão”, que consciente e inconscientemente respondia às necessidades criadas pela lógica da reprodução

---

<sup>9</sup>Rubens Ricupero, “Introdução”, *Ensaio de História Diplomática do Brasil, 1930-1986*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Cadernos do IPRI nº 2, 1989, pp. 9-13, cf. p. 12.

<sup>10</sup>Cf Rubens Ricupero, “A Diplomacia do Desenvolvimento”, in João Hermes Pereira de Araújo, Marcos Azambuja e Rubens Ricupero, *Três Ensaio sobre Diplomacia Brasileira*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1989, pp.193-209.

ampliada do capital”<sup>11</sup>. Já em seus últimos trabalhos, o substrato hegeliano presente nos conceitos acima referidos é bem menos afirmado no desenvolvimento do discurso, mas permanece a categoria imanente “sistema de poder” (do centro hegemônico, é claro) como referencial básico para a avaliação da autonomia relativa do Brasil e de sua política externa, bem como das possibilidades e limitações da atuação brasileira no chamado sistema internacional de nações<sup>12</sup>.

A questão da autonomia, ou da independência nacional, também está no centro, como se sabe, de muitos trabalhos do historiador José Honório Rodrigues<sup>13</sup>, muito embora ele não tivesse tido tempo, ainda em vida, de preparar a prometida História Diplomática de largo escopo que sempre prometeu, ou sequer de publicar as aulas dadas no Instituto Rio Branco. Sem embargo, ele anunciou tal intenção em diversas ocasiões<sup>14</sup>, tendo o material coligido pela família sido reorganizado pelo historiador Ricardo Seitenfus e publicado no livro que adiante se comenta.

Muitos outros estudiosos enfocaram igualmente a questão da autonomia relativa da política externa do Brasil em trabalhos de alcance parcial publicados desde então, muito embora o resultado deva ser mais exatamente vinculado ao campo “história das relações internacionais” do Brasil — ou mais simplesmente à disciplina ciência política — do que propriamente ao gênero “história diplomática”. A produção acadêmica nesse setor não deixa tampouco de refletir com uma certa contemporaneidade as grandes tendências da política externa brasileira, como não deixou de observar um diplomata voltado para as lides acadêmicas<sup>15</sup>.

Em que pese, portanto, a crescente produção no campo das relações internacionais do Brasil, o fato é que fazia falta, desde as *História(s) Diplomática(s)* de Hélio Vianna e de Delgado de Carvalho, uma história diplomática digna desse nome. Os historiadores da nova geração universitária não lograram produzir, até recentemente,

---

<sup>11</sup>Gerson Moura, *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

<sup>12</sup>Moura, *O Alinhamento sem Recompensa: a política externa do Governo Dutra*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1990, mimeo; *Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991; ver também, na vertente propriamente historiográfica, “Historiografia e relações internacionais”, *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, ano 5, n° 10, julho-dezembro 1989, pp. 67-86, e *História de uma História: rumos da historiografia norte-americana no século XX*. São Paulo: Edusp, 1995.

<sup>13</sup>José Honório Rodrigues, *Aspirações Nacionais: Interpretação Histórico-Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963; 4ª ed. revista, São Paulo: Editora Fulgor, 1970; “Uma Política Externa Própria e Independente”, *Política Externa Independente*, ano I, n° 1, maio 1965, pp. 15-39; *Interesse Nacional e Política Externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

<sup>14</sup>Rodrigues, *Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica*. 4ª ed.; São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 169; Pereira de Araújo, “Introdução” in Calógeras, J. Pandiá. *A Política Exterior do Império*, op. cit., p. xxiii.

<sup>15</sup>Gelson Fonseca Jr, “Estudos sobre Política Externa no Brasil: os Tempos Recentes (1950-1980)” in Gelson Fonseca Jr. e Valdemar Carneiro Leão (orgs.), *Temas de Política Externa Brasileira*. Brasília-São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão-Editora Ática, 1989, pp. 275-283.

obras equivalentes destinadas a um público amplo. O Embaixador Ricupero, como vimos, considerou em 1989 que a *História Diplomática do Brasil*, de Delgado, continuava a não ter substitutos ou alternativas, o que, considerando seu caráter essencialmente didático e a compilação de textos ali feita, não deixa de ser verdade ainda hoje, em que pese o aparecimento da obra de Amado Cervo e de Clodoaldo Bueno e o livro póstumo de José Honório. Assim, até o surgimento do manual desses dois historiadores, os estudiosos profissionais (acadêmicos e diplomatas) ou mesmo os simples diletantes da política externa brasileira foram obrigados a uma longa travessia do deserto.

### **Cervo e Bueno: o ideal desenvolvimentista**

Como se situa a *História da Política Exterior do Brasil* no conjunto da historiografia brasileira? Nossos dois autores se colocam na continuidade metodológica de José Honório ao recusar a simples linearidade descritiva da historiografia oficial, enfatizando ao contrário as grandes linhas de ação da política externa brasileira enquanto instrumento do desenvolvimento (ou do atraso) nacional, o que equívale a dizer, da autonomia da Nação.

Na elaboração de uma nova metodologia para o estudo da política exterior do Brasil, os dois autores operaram, antes de mais nada, uma reorientação da ênfase conceitual em que se basearam até aqui os estudos nessa área, deslocando o eixo analítico da tradicional “história diplomática” — e, portanto, privilegiando excessivamente as “relações entre Estados” — para o terreno mais amplo das “relações internacionais” da Nação, em seu conjunto, englobando, assim, os processos econômicos e as forças sociais em ação no caso brasileiro.

Cervo e Bueno dão maior atenção aos processos de natureza estrutural que sustentam a trama das relações internacionais do Brasil, buscando seus fundamentos nas chamadas “forças profundas” da história, para retomar o clássico conceito introduzido pelo historiador Pierre Renouvin. Eles explicitam seus objetivos da seguinte forma: “consolidar o conhecimento elaborado sobre as relações internacionais do Brasil e revestir a síntese resultante desse esforço com uma nova interpretação histórica” (p. 10). Vejamos rapidamente, numa apresentação sumária, como foram cumpridas essas duas metas.

A “consolidação do conhecimento” é realmente impressionante: são mais de 400 páginas de exposição rigorosa sobre as grandes tendências de nossa política externa, de 1822 à atualidade, com um tratamento sistemático dos grandes problemas estruturais e uma apresentação criteriosa dos fatos que dão sentido a cada conjuntura histórica particular. À base desse trabalho monumental, mais de centenas de títulos de obras diretamente relacionados com o objeto da pesquisa, cuidadosamente referenciadas em cada capítulo. A organização do trabalho entre os dois autores evidencia uma

divisão do trabalho segundo o princípio das “vantagens comparativas”: Amado Cervo, um especialista do período imperial, responsabilizou-se pela primeira parte, sobre a “conquista e o exercício da soberania”, que vai de 1822 a 1889. Clodoaldo Bueno trata do longo período republicano até o golpe de 1964, resumindo-o sob os conceitos de “alinhamento” e de “nacional-desenvolvimentismo”. Amado Cervo, finalmente, retoma a pluma para a descrição do período recente, pós-64, caracterizado em política externa como o de um “nacionalismo pragmático”.

As conclusões dos autores, por sua vez, são um testemunho da “nova interpretação histórica” que eles procuraram oferecer: a política externa, num país como o Brasil, tem um caráter supletivo, dados os condicionamentos objetivos e a vontade política (ou sua ausência) que atuaram no processo de desenvolvimento nacional nestes últimos 200 anos. Em outros termos, os avanços ou atrasos desse processo estão mais bem correlacionados com as fases de expansão ou mudança no sistema capitalista do que com um projeto nacional de desenvolvimento dotado de uma política internacional coerentemente aplicada pelas elites ao longo do tempo. Estamos longe, como se vê, da visão triunfalista dos autores tradicionais.

Igualmente interessante, na obra de Cervo e Bueno, é a recusa da chamada “teoria da dependência”, que contaminou bom número de trabalhos acadêmicos nas últimas duas décadas. Realmente, a alegada conivência das elites com um projeto de dominação externa não encontra fundamentos empíricos, a não ser ao nível do anedótico. Cabe, aliás, reconhecer, de um modo geral, a honestidade intelectual dos autores na apreciação das diferentes fases das relações exteriores do Brasil, mesmo quando se justifica a crítica da “americanização” ou do “alinhamento” da política externa oficial, ou mesmo a ausência, entre 1912 e 1930, de um projeto de política exterior claramente formulado e com estratégias de implementação. Em suma, trata-se de obra sólida, apoiada em extensa pesquisa primária (embora referida muito sumariamente na Introdução) e consolidando o essencial da produção bibliográfica acumulada na comunidade acadêmica nas últimas duas ou três décadas.

### **José Honório Rodrigues: a recuperação da história diplomática**

*Uma História Diplomática do Brasil*, cuja publicação tinha sido anunciada várias vezes pelo seu autor principal e que era aguardado com impaciência há muitos anos, recupera, postumamente, como se disse, as aulas dadas por José Honório no Instituto Rio Branco entre 1946 e 1956, acrescido de dois capítulos finais pelo historiador gaúcho Ricardo Seitenfus (convidado em 1991, pela viúva Lêda Boechat Rodrigues, para organizar as notas datilografadas deixadas pelo grande nome da historiografia nacional, falecido em 1987. Ressalte-se, desde já, que não se trata da “grande” história diplomática que pretendia compor José Honório Rodrigues, mas de um sucedâneo didático que possui ainda assim inegáveis méritos.

Como indicou Ricardo Seitenfus, em sua Nota Introdutória, o texto deixado por José Honório é minucioso até a gestão do Barão do Rio Branco, tornando-se a partir da Primeira Guerra Mundial “genérico e resumido” (p. 20). Ele dedicou-se então a redigir um complemento da história diplomática brasileira desde a Conferência de Versalhes até o rompimento da neutralidade brasileira, na Segunda Guerra, especialista que é, sob a orientação inicial do próprio José Honório, da política externa durante a era Vargas. Ele já tinha publicado sua tese de doutoramento na Universidade de Genebra, uma pesquisa extremamente bem documentada sobre a diplomacia da “neutralidade” varguista durante os anos mais críticos de seu regime<sup>16</sup>.

Dotado de uma perspectiva própria, substantivamente enriquecedor de nossa literatura especializada no campo das relações internacionais, o volume apresenta porém alguns reparos menores de forma, dentre os quais uma revisão insuficiente das referências bibliográficas preparadas à época por José Honório ou de algumas passagens obscuras de seus próprios originais. A extensão cronológica do título (1945) é, de certa forma, enganadora, uma vez que o tratamento de nossa história diplomática chega, efetivamente, apenas até o limiar da conferência interamericana do Rio de Janeiro, em princípios de 1942. A organização da obra pode também ser considerada como desbalanceada, no sentido em que, às 200 páginas, 12 capítulos e quatro séculos (de Tordesilhas a Rio Branco) sob a pluma de José Honório, seguem-se mais 200 páginas, em dois capítulos, para os vinte anos de crises do entre-guerras.

Trata-se, em todo caso, no que se refere ao panorama global traçado por José Honório, de uma bem-vinda complementação bibliográfica aos trabalhos mais conhecidos nesse campo. Uma das curiosidades deste texto de história diplomática “recuperada”, já que composto há quase 50 anos, é precisamente o fato de nele encontrarmos um José Honório diferente daquele a que estávamos acostumados, se julgarmos com base em seus textos “iconoclastas” de princípios dos anos 60, quando ele se comprazia em atacar a versão “incruenta” da “história oficial”, os compromissos conservadores das elites e a ausência do “povo” da historiografia dominante. Aqui José Honório segue um estilo bem mais tradicional, praticamente despojado do tom nacionalista, apaixonado e “contestador” do publicista da “política externa independente”.

As notas preparadas por José Honório seguem uma narrativa linear das relações exteriores do Brasil colônia e independente, tratando segundo uma clássica abordagem política (com algumas breves pinceladas econômicas) dos principais episódios de nossa diplomacia. Não há propriamente uma sistematização das relações econômicas externas, mas tão simplesmente uma cobertura seletiva de alguns dos

---

<sup>16</sup>Cf. Ricardo A. S. Seitenfus, *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: 1930-1942*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, 1985; terceira edição sob o título *O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri: Manole, 2003

conhecidos problemas diplomáticos nessa área: basicamente o Tratado de 1810 com a Inglaterra, a abolição do tráfico negreiro, a expansão do café e o incremento do comércio (e das relações políticas) com os Estados Unidos. A despeito disso, ele tinha consciência de que a história diplomática não podia ser isolada dos demais elementos e fatos do processo global: geográficos, econômicos, sociais, religiosos, etc.

Com efeito, como afirmaria José Honório Rodrigues em sua obra metodológica, a história diplomática “investiga e relata a defesa dos direitos nacionais e as relações econômicas, sociais e políticas que se codificaram em tratados e convenções”, ressaltando ainda que “se as relações diplomáticas não se esgotam no manejo das coisas políticas, e envolvem, sobretudo hoje, os negócios econômicos, então, capítulo dos mais importantes da história diplomática seria o que narrasse as missões comerciais e o intercuro mercantil”<sup>17</sup>. Repetindo nas notas compiladas para sua “história diplomática” uma pergunta de Lucien Febvre, ele questiona, no capítulo inicial sobre “o conceito de história diplomática”, como seriam possíveis relações internacionais sem geografia e sem economia?

José Honório busca realmente dar uma fundamentação social e econômica a estes “capítulos da história da política internacional do Brasil”, segundo o nome concebido por ele mesmo para uma possível edição de suas notas de curso. Mas, manifestamente influenciado pelas doutrinas e conceitos então em vigor no imediato pós-guerra (em especial o primado da afirmação do Poder Nacional, como ensinado nos cursos do National War College, retomados praticamente *ipsis litteris* pela Escola Superior de Guerra), José Honório formula, em dois capítulos metodológicos iniciais, sua concepção das relações internacionais: “O que se pretende não é estudar o *homus diplomaticus*, com sua polidez protocolar, sua fórmula de saudação sabiamente graduada, mas o Poder Nacional que se exprime nas relações internacionais. Ora, desde que o mundo moderno se acha organizado com base no sistema de Estado-Nação, o que comumente se descreve como relações internacionais nada mais é que a soma de contratos [sic] entre as políticas nacionais destes Estados soberanos independentes. E, como as políticas nacionais são sistemas de estratégia empregados pelos Estados para garantir principalmente sua segurança territorial, e para proporcionar o bem-estar econômico e a prosperidade a seus cidadãos, não se pode fazer uma distinção entre política externa e interna. O que um Estado faz em seu território ou o que faz no exterior será invariavelmente ditado pelo interesse supremo de seus objetivos internos” (p. 27).

Para José Honório, as premissas básicas de nossa política externa, desde a época colonial, sempre foram a acumulação de poder ou a manutenção do *status quo*, segundo as fases de introversão ou de extroversão que teriam marcado de maneira

---

<sup>17</sup>Cf. Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, op. cit., pp. 169 e 174.

alternada (e de forma algo mimética ao modelo analítico norte-americano privilegiado por José Honório) a história internacional do Brasil. Essa concepção, surpreendente para quem conhece seus trabalhos ulteriores de “história diplomática”, guia sua reconstituição de nossas relações internacionais: “É, portanto, o jogo da política do poder que queremos recriar, mais que a simples história diplomática. É a supremacia do interesse nacional, em luta com os poderes nacionais adversos ou amigos, que se pretende reconstituir como uma experiência que nos sirva para dar à nossa política exterior verdadeiros objetivos nacionais permanentes. Desse modo, não são só as habilidades diplomáticas, nem o poder militar que se expandem internacionalmente, mas também o poder econômico, pela exportação de capitais e pelo controle de mercados. Por ele veremos que a melhoria constante da posição relativa do Poder Nacional se torna um dos objetivos da política externa do Brasil. Não é, assim, só história diplomática o que se pretende, mas a história das relações do Poder Nacional com os demais poderes nacionais” (p. 29). Ou então: “Toda política externa é uma expressão do poder nacional em confronto, antagônico ou amistoso, com os demais poderes nacionais” (p. 53).

É essa história do “Poder Nacional” que José Honório reconstitui em seus 13 capítulos substantivos, tendo antes fixado de maneira algo “ortodoxa” os três grandes princípios de nossa política exterior desde 1822:

- a) preservação de nossas fronteiras contra as pretensões de nossos vizinhos e política do *status quo* territorial;
- b) defesa da estabilidade política contra o espírito revolucionário, tanto interna (revoltas e secessões do período regencial) quanto externamente (luta contra os caudilhos do Prata);
- c) defesa contra a formação de um possível grupo hostil hispano-americano e política de aproximação com os Estados Unidos (p. 60).

Em outros termos, uma concepção da atuação diplomática e da afirmação de nossos interesses externos que seria tranqüilamente subscrita por um historiador arqui-conservador (e mesmo reacionário) como Hélio Vianna.

O texto sob responsabilidade de Ricardo Seitenfus evidencia um historiador plenamente capacitado no manejo dos arquivos diplomáticos, inclusive os das principais chancelarias envolvidas na “política pendular” seguida por Vargas durante todo o período de disputas hegemônicas pelo apoio (ou neutralidade) de uma das principais potências da América do Sul. No exame da “escalada para a guerra” a análise atribui forte ênfase às relações com a Alemanha e a Itália totalitárias, em detrimento talvez dos demais vetores de nosso delicado equilíbrio diplomático nesses anos. A menção é pertinente especialmente em relação à Argentina, já que os Estados Unidos merecem subseção específica, bem documentada. Digna de elogios é a reconstituição, praticamente passo a passo, da atuação do Brasil na Liga das Nações, culminando com a lamentável derrota na “batalha” por uma cadeira permanente no Conselho. O leitor

contemporâneo não deixará de formular interessantes comparações entre esse episódio e a atual candidatura brasileira a uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, em particular no que se refere às relações, então e agora, com a Alemanha, hoje aliada na disputa pela reforma da Carta, mas concorrente em 1926.

As conclusões nos remetem de volta ao professor dos anos 50. Como outros historiadores tradicionais, José Honório também via na “riqueza demográfica e territorial do Brasil, [uma] inquestionável possibilidade de tornar-se uma grande potência” (p. 463), estando o País, por sua posição nas Américas, “condenado a uma posição de equilíbrio, que não é isenta de perigos e que lhe vale, freqüentemente a censura de pender para um lado ou para outro” (p. 462). Escrevendo numa fase histórica caracterizada pela competição, quando não pelo antagonismo, com a Argentina, mesmo assim José Honório conclui pela importância do incremento de nossas relações econômicas e culturais com os países do Cone Sul; mas, para ele, manifestamente, o processo de integração não estava ainda na ordem do dia, como Hélio Jaguaribe pioneiramente proclamava nos *Cadernos do Nosso Tempo*.

### **Rubens Ricupero e a perspectiva diplomática brasileira**

Esse processo de integração entre os países da região, em especial entre o Brasil e a Argentina, não pode ser dissociado das relações de cada um deles com as potências dominantes no período contemporâneo. Com efeito, seria difícil, ou mesmo impossível, estudar as relações bilaterais dos dois países platinos nos últimos 60 anos sem passar pelo que o Embaixador Rubens Ricupero chamou de “relação triangular Brasil-América Latina-Estados Unidos”. A menção a Ricupero nos conduz, por fim, ao elemento inovador a ser destacado nesta introdução à literatura diplomática: o retorno, se não a chegada maciça, de diplomatas profissionais aos estudos de história diplomática, acelerando e aprofundando uma prática que já tinha sido praticada no passado. O que vale destacar, ademais da própria contribuição historiográfica desses “diplomatas-acadêmicos” ao avanço dos estudos sobre relações internacionais do Brasil, é o fato de que esses autores são também “executores” da política externa concreta, podendo assim introduzir uma visão “interna” dos problemas com que se defronta o País nas diversas vertentes de seu relacionamento externo.

Tendo ministrado, durante longos anos, aulas de história diplomática e de teoria das relações internacionais no Instituto Rio Branco e na Universidade de Brasília, Rubens Ricupero deixou relativamente poucos trabalhos escritos na vertente historiográfica, em contraposição, por exemplo, ao imenso saber transmitido por via oral às centenas de alunos e auditores ocasionais que tiveram a chance de ouvi-lo discorrer sobre a inserção do Brasil no mundo contemporâneo. Alguns textos são contudo sintomáticos de sua preocupação com os grandes problemas do desenvolvimento brasileiro, que ele sempre buscou colocar em perspectiva histórica.

Pode-se mencionar, em particular, o trabalho publicado na série “Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)”, tratando precisamente das relações triangulares entre o Brasil, a América Latina e os Estados Unidos e no qual ele analisa as mudanças de paradigmas na política externa do Brasil dirigida a esses dois parceiros desiguais<sup>18</sup>.

Vários outros trabalhos do Embaixador Ricupero, a maior parte fortemente impregnada de conteúdo histórico a despeito de terem sido escritos com preocupações mais contemporâneas, foram publicados na coletânea *Visões do Brasil*, que percorre um imenso panorama das relações internacionais do Brasil tendo a “História como método”, como sublinhou seu apresentador, o também diplomata Gelson Fonseca<sup>19</sup>. Uma apresentação ainda mais exaustiva de sua “visão diplomática” do mundo está no texto que serviu de suporte intelectual ao volume comemorativo dos cento e cinquenta anos do nascimento do Barão do Rio Branco, o patrono incontestável da diplomacia brasileira<sup>20</sup>. Nesse longo ensaio, Ricupero faz mais do que uma “mera” reconstituição biográfica sobre a obra de um antecessor com o qual ele possui evidentes “afinidades eletivas”. Trata-se de uma profunda reflexão sobre a influência do pensamento e ação do Barão nas décadas posteriores a sua atuação efetiva (o “destino do paradigma”), contendo uma seção comportando uma indagação pertinente e contemporânea (“o que faria o Barão hoje?”), finalizando com uma avaliação global da grande personagem histórica (“contrastes e confrontos”). Segundo Ricupero, Rio Branco foi o “último grande representante da escola de estadistas do século XIX brasileiro”.<sup>21</sup>

Reconhecidamente um dos melhores idealizadores e formuladores da política externa governamental — com forte ênfase na área americana — e um de seus pensadores mais abalizados, Ricupero, atualmente Secretário-Geral da UNCTAD, completou, de uma certa maneira, a obra do Barão, ao contribuir, por meio de um arcabouço jurídico de notória complexidade (Tratados da Bacia do Prata e de Cooperação Amazônica, início do processo de integração Brasil-Argentina), com os processos de aprofundamento da cooperação e de interdependência entre Estados que tinham seu relacionamento baseado, até então, no mero reconhecimento mútuo das fronteiras traçadas por Rio Branco. Não fosse o arriscado e talvez o inadequado da

---

<sup>18</sup>Rubens Ricupero, “O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular” in José Augusto Guilhon de Albuquerque (org.), *Crescimento, modernização e política externa*, São Paulo: Cultura Editores Associados-Núcleo de Pesquisa em relações internacionais da USP, 1996, volume I de “Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)”, pp. 37-60.

<sup>19</sup>Ver Gelson Fonseca Jr., “Rubens Ricupero e a História como Método” in Rubens Ricupero, *Visões do Brasil: ensaios sobre a história e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1995, pp. 9-24.

<sup>20</sup>Ver o texto de Ricupero in João Hermes Pereira de Araújo (org.) *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco: Uma Biografia Fotográfica, 1845-1995*. Brasília: FUNAG, 1995; segunda edição, revista e ampliada pelo autor, em 2002, para as comemorações do centenário de posse do Barão do Rio Branco como ministro das Relações Exteriores.

<sup>21</sup>Para uma apreciação geral desse texto de Ricupero, ver meu artigo-resenha, “O legado do Barão: Rio Branco e a moderna diplomacia brasileira”, publicado na *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 39, n° 2, julho-dezembro 1996, p. 125-135.

comparação, poderíamos chamá-lo de “George Kennan brasileiro”, no sentido de ser Ricupero um diplomata sobretudo conceitual, preocupado em não apenas enquadrar sua atuação profissional num determinado contexto filosófico e moral, mas também em dar-lhe uma perspectiva histórica de mais largo alcance, ao estilo da “longa duração” cara a Fernand Braudel (não por acaso, Ricupero é igualmente o presidente do Instituto de Economia Mundial, de São Paulo, que leva o nome do grande historiador francês).

Outro diplomata que vem contribuindo de forma consistente para o estudo da inserção internacional do Brasil contemporâneo é o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, autor de muitas análises sobre aspectos diversos das relações exteriores do País no período recente. Depois de extensa análise sobre a diplomacia da “nova República”<sup>22</sup>, Seixas Corrêa organizou, introduziu e comentou cinquenta anos de participação do Brasil nas assembléias-gerais das Nações Unidas<sup>23</sup>. Segundo sua própria informação, ele encontra-se escrevendo uma “nova” história diplomática do Brasil, fruto de suas pesquisas e de seu trabalho como Professor de história da política externa do Brasil no Instituto Rio Branco. Cabe também referir a outras “notas de aula”, aquelas que o diplomata Fernando Paulo de Mello Barreto produziu durante seu curso sobre o período republicano no Instituto Rio Branco e que foram publicadas em forma de livro, sugestivamente intitulado “Os Sucessores do Barão” (a exemplo de um capítulo de Delgado de Carvalho)<sup>24</sup>.

Alguns outros exemplos confirmam o renovado interesse de diplomatas profissionais pela história diplomática, como parece ser o caso de Gonçalo Mourão, autor de um exaustivo estudo “investigativo” sobre o impacto internacional da Revolução de 1817 em Pernambuco, bem como de Luis Cláudio Villafañe Gomes Santos, um especialista na política exterior do Império<sup>25</sup>. Muitos outros, é verdade, se dedicam a estudos de história do Brasil, como por exemplo Evaldo Cabral de Mello, mas nem sempre no domínio estrito das relações exteriores, como é a vertente privilegiada neste ensaio. Na tarefa de perscrutar ou inquirir o passado das relações econômicas do País, o profissional da diplomacia dotado de sensibilidade para a reflexão histórica talvez tenha, sobre o observador puramente acadêmico, a vantagem

---

<sup>22</sup>Ver “A política externa de José Sarney” in Guilhon de Albuquerque (org.), *Crescimento, modernização e política externa*, op. cit., pp. 361-385.

<sup>23</sup> Ver Ministério das Relações Exteriores: *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas: 1946-1995*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. Sobre esse volume, escrevi uma resenha-artigo, “O Brasil no sistema político multilateral: uma perspectiva de 50 anos”, inédita na versão completa e publicada em versão resumida na *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 39, n° 1, janeiro-julho 1996, p. 182-183.

<sup>24</sup> Fernando P. de Mello Barreto Filho: *Os Sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, 1912-1964*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

<sup>25</sup>Ver Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, *A Revolução de 1817 e a História do Brasil: um estudo de história diplomática*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1996; Luis Cláudio Villafañe Gomes Santos, *O Império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com o Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, 1822-1889*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

comparativa de formular questões que incidem diretamente sobre o trabalho diplomático tal como conduzido na prática diária ou rotineira de uma chancelaria ou que apresentam uma certa continuidade conceitual ou negocial em relação aos grandes temas inscritos na agenda econômica internacional, do passado ou do presente.

Finalmente, uma menção pessoal pode ser instrutiva para revelar os avanços feitos em relação a um projeto elaborado em princípios dos anos 90 e apresentado em texto metodológico, de certa forma introdutório a um planejado (e ainda em curso) estudo abrangente das relações internacionais do Brasil<sup>26</sup>. Depois de pesquisas sobre as relações econômicas internacionais do Brasil, e de muitos trabalhos publicados nessa área, este autor deu início a uma série de três ensaios históricos que devem cobrir o essencial do relacionamento econômico externo do Brasil, desde a transferência da família real em 1808 até a atualidade: um primeiro volume, tratando das etapas formadoras da diplomacia econômica no Brasil já se encontra publicado, os demais em pesquisa<sup>27</sup>. O segundo volume, provisoriamente intitulado “A Ordem Internacional e o Progresso da Nação: as relações econômicas internacionais na era republicana” (até 1945), encontra-se em preparação, devendo preceder ao terceiro e último da série, dedicado às relações econômicas internacionais do Brasil na fase contemporânea.

Os alunos mais dedicados de Delgado de Carvalho e seus muitos leitores na diplomacia profissional lançam-se assim à empresa, talvez arriscada mas gratificante, de completar a obra do mestre, sem talvez a garantia de lograr a clareza e a simplicidade alcançadas por este livro que permanece, ainda hoje, um marco no estudo da história diplomática brasileira. Que esta nova edição possa continuar a servir os alunos do Instituto Rio Branco e aos dos vários cursos de relações internacionais hoje existentes nas universidades brasileiras por muitos anos, ou quiçá por várias décadas, ainda.

**Paulo Roberto de Almeida**  
Brasília, abril de 2004

---

<sup>26</sup>Paulo Roberto de Almeida, “Relações Internacionais do Brasil: introdução metodológica a um estudo global”, *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro: vol. 13, nº 2, julho-dezembro 1991, pp. 161-185; ensaio incorporado ao livro *Relações internacionais e política externa do Brasil*, op. cit.

<sup>27</sup>Paulo Roberto de Almeida, *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo-Brasília: Senac-Funag, 2001, primeiramente apresentado como tese no Curso de Altos Estudos (1997).